

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**



**PLANO DE ENSINO**

CALENDÁRIO	Calendário Ordinário		
CURSO	Mestrado Acadêmico em Direito		
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	Direito, Estado e Sociedade		
LINHA DE PESQUISA	Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado		
DISCIPLINA	Fundamentos de Direito Administrativo - DIR 410220 (Disciplina do Programa de Mestrado comum a todas as áreas)		
DOCENTE	Dr. José Sérgio Da Silva Cristóvam		
NÚMERO DE VAGAS	30	CARGA HORÁRIA	45
DIA DA SEMANA	Segundas-feiras (ver cronograma)	HORÁRIOS	2 <sup>as</sup> – 9h

Ementa:	Evolução do Estado e seus reflexos no Direito Administrativo. Princípios e organização da Administração Pública. Serviços públicos. Princípios constitucionais do Direito Administrativo. Princípio da razoabilidade e da eficiência. Moralidade administrativa. Proteção jurídica do cidadão. Responsabilidade administrativa.
Objetivos:	<p><b>GERAL</b></p> <p>Analisar as bases e institutos fundamentais da disciplina jurídico-administrativa, a partir de uma recuperação histórica e teórica voltada ao desenvolvimento do espírito crítico e do pensamento reflexivo sobre os institutos jurídico-administrativos.</p> <p><b>ESPECÍFICOS</b></p> <p>Promover uma abordagem e discussão crítica sobre os temas e institutos jurídico-administrativos fundamentais, com o aprofundamento do seguinte:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sobre o conceito de interesse público e o regime jurídico-administrativo;</li> <li>2. Estado e Direito Administrativo na contemporaneidade;</li> <li>3. Administração Pública digital, inteligência artificial e desenvolvimento;</li> <li>4. Administração Pública democrática, participação e controle social;</li> <li>5. Direito Administrativo digital, inovação e novas tecnologias;</li> <li>6. Direito Administrativo sancionador e controle.</li> </ol>
Metodologia:	A disciplina conta com a seguinte metodologia e distribuição da carga horária: <b>45 h/a</b> <b>- Atividades Presenciais e Síncronas:</b> 8 encontros, preferencialmente

	<p>presenciais, ou em caráter eventual por videoconferência (ver conteúdo programático)</p> <p>- <b>Atividades complementares:</b> elaboração de paper para a disciplina</p> <p><b>ATIVIDADES PRESENCIAIS E SÍNCRONAS (VIDEOCONFERÊNCIA)</b></p> <p>Seminários em formato presencial ou, eventualmente, por meio de videoconferência (não-presenciais) – via Conferência Web (RNP) e/ou Google Meet, com acesso disponibilizado via Sistema Moodle (ver conteúdo programático).</p> <p>Os seminários abordarão temáticas e textos previamente distribuídos, acompanhados de reflexões dialogadas, com ênfase ao estímulo do debate por meio de leituras orientadas.</p> <p>O(A) aluno(a) deverá ler todos os textos de referências básicas e complementares de cada encontro, com a efetiva participação nos debates, por meio de reflexões críticas e formulação de problemas a partir das respectivas leituras de cada unidade.</p> <p><b>IMPORTANTE 1</b></p> <p>Para os alunos responsáveis pela apresentação dos respectivos seminários fica previsto, como obrigação integrante da apresentação do seminário, escolher e disponibilizar aos demais colegas, previamente ao seminário (até 3 dias antes), pelo menos um texto complementar (pode ser um artigo, capítulo de livro ou até material produzido pelos alunos), acerca da respectiva temática. Isso fará parte da avaliação.</p> <p><b>IMPORTANTE 2</b></p> <p>Para o primeiro seminário funcionarão como debatedores, com obrigação de trazer pelo menos 2 questionamentos ao debate, os alunos responsáveis pelo sétimo seminário. Para o segundo seminário os debatedores serão os alunos do primeiro e assim sucessivamente. Isso também fará parte da avaliação.</p> <p><b>IMPORTANTE 3</b></p> <p>No caso de impossibilidade realização das atividades presenciais aqui previstas, por conta de eventualidades ou intercorrências, estas ocorrerão no formato não-presencial acima previsto (síncronas), nas mesmas datas e horários, e com a maior antecedência possível ajustada a mudança para o formato remoto.</p> <p><b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES (Artigo Científico (paper)):</b></p> <p>Cada aluno(a) deverá apresentar trabalho escrito individual, na forma de artigo científico (paper), com a abordagem de ponto específico que tenha relação com algum dos encontros/seminários temáticos.</p>
<p><b>Critérios de avaliação:</b></p>	<p>A Avaliação dos alunos será realizada mediante os seguintes instrumentos:</p> <p><b>I. Dos seminários:</b></p> <p>Os alunos serão avaliados a partir da apresentação dos respectivos seminários temáticos e participação, correspondente a 30% da nota final.</p> <p><b>II. Do artigo científico (paper):</b></p> <p>Cada aluno(a) deverá apresentar trabalho escrito individual, na forma de artigo científico (paper), com a abordagem de ponto específico que tenha relação com algum dos encontros/seminários temáticos, previamente discutido com o Professor (o tema poderá ser indicado pelo Professor),</p>

devendo ser realizado dentro das normas técnicas, com introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências, contendo entre 15 e 20 páginas, com prazo final de entrega em **05.05.2023**. A opção pelo tema do artigo científico deverá ser manifestada, expressamente, até o quarto encontro. A nota do artigo científico (paper) corresponderá a 50% da nota final.

### **III. Da participação e assiduidade:**

Os alunos serão avaliados a partir da participação nos debates em sala e assiduidade nos encontros, correspondente a 20% da nota final.

### **IMPORTANTE**

Cada ausência (falta – não participação dos seminários) acarretará a perda de 1,00 (um) ponto na média final do(a) aluno(a), limitado ao número máximo de faltas, conforme regulamentação da UFSC.

### **IV. Nota Final**

A Nota Final resultará do seguinte cálculo:

NOTA 1 (N1): Seminários (30%)

NOTA 2 (N2): Artigo científico (50%)

NOTA 3 (N3): Participação e assiduidade (20%)

NOTA FINAL (NF – 100%)= N1 + N2 + N3

Tendo em vista o que dispõe a regulamentação da UFSC e a legislação federal em vigor, apenas obterá aprovação o aluno que: (a) obtiver conceito igual ou superior a C nas avaliações regulares; e (b) comparecer no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) dos encontros e atividades da disciplina.

Conteúdo programático:  
\* indique a data e o conteúdo dos encontros

### **1. ENCONTRO INICIAL – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA – 06.03.2023 – 9h (Presencial)**

**Apresentação geral da disciplina e distribuição dos seminários**

### **2. PRIMEIRO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 13.03.2023 – 9h (Presencial)**

**Interesse público e regime jurídico-administrativo**

Referências básicas

- JUSTEN FILHO, Marçal. Conceito de interesse público e a “personalização” do Direito Administrativo. Revista Trimestral de Direito Público, São Paulo, n. 26, pp. 115-136, 1999.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Administração Pública democrática e supremacia do interesse público: novo regime jurídico-administrativo e seus princípios constitucionais estruturantes. Curitiba: Juruá, 2015. pp. 63-172.

- GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. O suposto caráter

autoritário da supremacia do interesse público e das origens do Direito Administrativo: uma crítica da crítica. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder (Coord.). **Direito Administrativo e interesse público**: estudos em homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2010. pp. 155-201.

- GABARDO, Emerson. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado como fundamento do Administração Pública Social. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 2, pp. 95-130, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/53437/33212>. Acesso em: 8 fev. 2023.

### **3. SEGUNDO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 20.03.2023 – 9h (Presencial ou Videoconferência)**

**A Constituição e a Administração Pública na encruzilhada do ponderacionismo: o decisionismo “aos pés da esfinge”**

Referências básicas

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Menos princípios, mais regras: a teoria da ponderação na encruzilhada do decisionismo. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, ano 5, n. 03, pp. 993-1023, 2019. Disponível em: [http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/3/2019\\_03\\_0993\\_1023.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/3/2019_03_0993_1023.pdf). Acesso em: 8 fev. 2023.

- GABARDO, Emerson. Os perigos do moralismo político e a necessidade de defesa do direito posto na Constituição da República de 1988. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 17, n. 70, pp. 65-91, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/847>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- SALGADO, Eneida Desiree. Populismo judicial, moralismo e o desprezo à Constituição: a democracia entre velhos e novos inimigos. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 117, pp. 193-217, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/594>. Acesso em: 8 fev. 2023.

### **4. TERCEIRO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 27.03.2023 – 9h (Presencial ou Videoconferência)**

**Administração Pública digital, inteligência artificial e desenvolvimento**

Referências básicas

- VALLE, Vanice Lírio do. Inteligência artificial incorporada à Administração Pública: mitos e desafios teóricos. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 20, n. 81, p. 179-200, jul./set. 2020. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1346>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- FIGUEIREDO, Carla Regina Bortolaz de; CABRAL, Flávio Garcia. Inteligência artificial: *machine learning* na Administração Pública. **International Journal of Digital Law**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 79-

95, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/5/5>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- REIS, Camille Lima; CARVALHO, Fábio Lins de Lessa. O fomento às novas tecnologias na Administração Pública como direito ao desenvolvimento. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 1, n. 3, p. 11-28, set./dez. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/15>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Administração Pública digital e a problemática da desigualdade no acesso à tecnologia. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 97-116, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/14/13>. Acesso em: 8 fev. 2023.

## **5. QUARTO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 03.04.2023 – 9h (Presencial ou Videoconferência)**

### **Administração Pública digital, políticas públicas e inovação**

#### Referências básicas

- FREITAS, Juarez. Direito administrativo e inteligência artificial. *Revista Interesse Público*, Belo Horizonte, ano 21, n. 114, pp. 15-29, mar./abr. 2019.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. *Revista Sequência*, Florianópolis, n. 84, pp. 209-242, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p209/43642>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- COELHO, Saulo de Oliveira Pinto; LOLLI, Eduardo Henrique; BITENCOURT, Caroline Müller. Políticas públicas e constitucionalismo contemporâneo crítico: sistematizações para subsidiar análises em Direito e políticas públicas. *Revista Sequência*, Florianópolis, n. 90, pp. 1-54, abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/86761/51210>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Direito Administrativo da inovação e experimentalismo: o agir ousado entre riscos, controles e colaboratividade. *Sequência*. Florianópolis, v. 43, n. 91, p. 1-50, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/86609/51937>. Acesso em: 8 fev. 2023.

## **6. QUINTO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 10.04.2023 – 9h (Presencial ou Videoconferência)**

### **Acesso à informação, participação e controle social da Administração Pública**

#### Referências básicas

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; MEZZAROBBA, Orides; PEREIRA, Paulo Ricardo Maroso. Controle social e o paradigma da Administração Pública digital no Brasil. *International Journal of Digital Law*, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, p. 55-77, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/cristovam2021>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janrié Rodrigues. Os desafios do acesso à informação e o controle social no Estado pós-democrático: normalidade ou exceção? *Revista Sequência*, Florianópolis, v. 41, n. 84, pp. 183-208, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p183>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; GONDIM, Liliane Sonsol; SOUSA, Thanderson Pereira de. Análise de Impacto Regulatório (AIR) e participação social no Brasil. *Revista Justiça do Direito*, v. 34, n. 2, pp. 351-370, ago. 2020. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/11304>. Acesso em: 8 fev. 2023.

## **7. SEXTO SEMINÁRIO TEMÁTICO – 17.04.2023 – 9h (Presencial)**

### **Gestão pública, segurança jurídica e a Lei n. 13.655/18 (LINDB)**

Referências básicas

- REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, Rio de Janeiro, **Edição Especial: Direito Público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB (Lei nº 13.655/2018)**, nov. 2018. – Sobre os artigos 20, 21, 22, 23 e 28. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/issue/view/4255>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. O controle da Administração Pública no contexto do constitucionalismo contemporâneo: um debate a partir do contexto das mudanças trazidas pela LINDB. In: GORCZEWSKI, Clovis (Org.). **Direitos humanos e participação política - Vol. XI**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2020, p. 118-145.

## **8. SÉTIMO SEMINÁRIO TEMÁTICO E FECHAMENTO DA DISCIPLINA – 24.04.2023 – 9h (Presencial)**

### **Direito Administrativo do medo e (dis)funcionalidades do controle externo no Brasil**

Referências básicas

- SANTOS, Rodrigo Valgas dos. **Direito administrativo do medo**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, Cap. 2 (p. 119-157) e Cap. 5 (p. 317-371).

- NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Pedro de Menezes. Administração Pública do Medo: ninguém quer criar, pensar noutras soluções. O novo pode dar errado e o erro é punido severamente. *Revista Eletrônica JOTA*, 09.11.2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/administracao-publica->

	<p><a href="#">do-medo-09112017</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p>
Bibliografia Básica:	<p>- BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janrié Rodrigues. Os desafios do acesso à informação e o controle social no Estado pós-democrático: normalidade ou exceção? <b>Revista Sequência</b>, Florianópolis, v. 41, n. 84, pp. 183-208, abr. 2020. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p183">https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p183</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p> <p>- COELHO, Saulo de Oliveira Pinto; LOLLI, Eduardo Henrique; BITENCOURT, Caroline Müller. Políticas públicas e constitucionalismo contemporâneo crítico: sistematizações para subsidiar análises em Direito e políticas públicas. <b>Revista Sequência</b>, Florianópolis, n. 90, pp. 1-54, abr. 2022. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/86761/51210">https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/86761/51210</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p> <p>- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Administração Pública democrática e supremacia do interesse público: novo regime jurídico-administrativo e seus princípios constitucionais estruturantes. Curitiba: Juruá, 2015.</p> <p>- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. Menos princípios, mais regras: a teoria da ponderação na encruzilhada do decisionismo. <b>Revista Jurídica Luso-Brasileira</b>, ano 5, n. 03, pp. 993-1023, 2019. Disponível em: <a href="http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/3/2019_03_0993_1023.pdf">http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/3/2019_03_0993_1023.pdf</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p> <p>- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Direito Administrativo da inovação e experimentalismo: o agir ousado entre riscos, controles e colaboratividade. <b>Sequência</b>. Florianópolis, v. 43, n. 91, p. 1-50, 2022. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/86609/51937">https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/86609/51937</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p> <p>- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. O controle da Administração Pública no contexto do constitucionalismo contemporâneo: um debate a partir do contexto das mudanças trazidas pela LINDB. In: GORCZEVSKI, Clovis (Org.). <b>Direitos humanos e participação política - Vol. XI</b>. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2020, p. 118-145.</p> <p>- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; GONDIM, Liliane Sonsol; SOUSA, Thanderson Pereira de. Análise de Impacto Regulatório (AIR) e participação social no Brasil. <b>Revista Justiça do Direito</b>, v. 34, n. 2, pp. 351-370, ago. 2020. Disponível em: <a href="http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/11304">http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/11304</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p> <p>- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. <b>Revista Sequência</b>, Florianópolis, n. 84, pp. 209-242, abr. 2020. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p209/43642">https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2020v43n84p209/43642</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p> <p>- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; MEZZARROBA, Orides; PEREIRA, Paulo Ricardo Maroso. Controle social e o paradigma da Administração Pública digital no Brasil. <i>International Journal of Digital Law</i>, Belo</p>

Horizonte, ano 2, n. 2, p. 55-77, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/cristovam2021>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- FREITAS, Juarez. Direito administrativo e inteligência artificial. **Revista Interesse Público**, Belo Horizonte, ano 21, n. 114, pp. 15-29, mar./abr. 2019.

- FIGUEIREDO, Carla Regina Bortolaz de; CABRAL, Flávio Garcia. Inteligência artificial: *machine learning* na Administração Pública. **International Journal of Digital Law**, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, p. 79-95, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/5/5>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- GABARDO, Emerson. Os perigos do moralismo político e a necessidade de defesa do direito posto na Constituição da República de 1988. **A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 17, n. 70, pp. 65-91, out./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/847>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- GABARDO, Emerson. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado como fundamento do Administração Pública Social. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 4, n. 2, pp. 95-130, mai./ago. 2017. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/53437/33212>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. O suposto caráter autoritário da supremacia do interesse público e das origens do Direito Administrativo: uma crítica da crítica. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; HACHEM, Daniel Wunder (Coord.). **Direito Administrativo e interesse público: estudos em homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. pp. 155-201.

- JUSTEN FILHO, Marçal. Conceito de interesse público e a “personalização” do Direito Administrativo. *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, n. 26, pp. 115-136, 1999.

- NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Pedro de Menezes. Administração Pública do Medo: ninguém quer criar, pensar noutras soluções. O novo pode dar errado e o erro é punido severamente. **Revista Eletrônica JOTA**, 09.11.2017. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/administracao-publica-do-medo-09112017>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- REIS, Camille Lima; CARVALHO, Fábio Lins de Lessa. O fomento às novas tecnologias na Administração Pública como direito ao desenvolvimento. **International Journal of Digital Law**, Belo Horizonte, ano 1, n. 3, p. 11-28, set./dez. 2020. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/15>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, Rio de Janeiro, **Edição Especial: Direito Público na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB (Lei nº 13.655/2018)**, nov. 2018. – Sobre os artigos 20, 21, 22, 23 e 28. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/issue/view/4255>. Acesso em: 8 fev. 2023.

- SALGADO, Eneida Desiree. Populismo judicial, moralismo e o desprezo

	<p>à Constituição: a democracia entre velhos e novos inimigos. <b>Revista Brasileira de Estudos Políticos</b>, Belo Horizonte, n. 117, pp. 193-217, jul./dez. 2018. Disponível em: <a href="https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/594">https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/594</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p> <p>- SANTOS, Rodrigo Valgas dos. <b>Direito administrativo do medo</b>. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, Cap. 2 (p. 119-157) e Cap. 5 (p. 317-371).</p> <p>- SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho; CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SOUSA, Thanderson Pereira de. Administração Pública digital e a problemática da desigualdade no acesso à tecnologia. <b>International Journal of Digital Law</b>, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 97-116, maio/ago. 2020. Disponível em: <a href="https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/14/13">https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/14/13</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p> <p>- VALLE, Vanice Lírio do. Inteligência artificial incorporada à Administração Pública: mitos e desafios teóricos. <b>A&amp;C – Revista de Direito Administrativo &amp; Constitucional</b>, Belo Horizonte, ano 20, n. 81, p. 179-200, jul./set. 2020. Disponível em: <a href="http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1346">http://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1346</a>. Acesso em: 8 fev. 2023.</p>
Bibliografia Complementar	A depender da indicação de cada seminário temático.